

Review: CARVALHO, Rita de Almeida - *Arquive-se: uma viagem pelos arquivos nacionais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019. ISBN 978-989-8943-65-1.

**Armando Malheiro da Silva**

A coleção *Retratos da Fundação*, juntamente com o conjunto das edições da Fundação Francisco Manuel dos Santos, visa contribuir para um elenco completo, atual e pertinente, de temas/problemas que caracterizam o Portugal de hoje. A paleta de títulos alarga-se com uma frequência acelerada e com uma amplitude apreciável.

Este *Arquive-se* não surge por acaso, como se percebe virando a capa e detendo o olhar na primeira badana: “*Arquive-se! A ordem parece simples e é seguramente muito comum. Mas, na prática, são a organização e o acesso dos documentos arquivados – os “laboratórios da História” – que determinam o seu papel na compreensão da nossa história. Portugal progrediu significativamente no domínio dos arquivos, mas investigadores e arquivistas concordam que muito está ainda por fazer. Sabia, por exemplo, que um tratamento adequado da documentação arquivada pela administração pública, preservando apenas a que tem valor probatório ou histórico, resultaria numa poupança de cinco milhões de euros só em instalações?*”. E a Autora, que é historiadora especializada no Estado Novo português e responsável pelo Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, propôs-se, nesta qualidade, fazer um diagnóstico da situação do património arquivístico nacional e da gestão dos “arquivos históricos”, ou seja, dos serviços públicos que custodiam e disponibilizam documentação de “valor secundário”, para usarmos uma expressão clássica de um arquivista norte-americano, Theodore Roosevelt Schellenberg (1903-1970), claramente anacrónico nos tempos de hoje, mas que o senso comum arquivístico e historiográfico teima em seguir como *vade mecum* obrigatório. Um diagnóstico crítico: a Autora “*Diz-nos que nem tudo está bem e explica porquê*”. Fá-lo, analisando casos e circunstâncias, considerando o seu próprio testemunho, o de colegas e, também, de arquivistas. Aliás, e apesar das críticas à situação geral dos Arquivos por conta das dificuldades de acesso aos documentos que fazem falta à investigação histórica, a Autora é simpática para com o Diretor da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Dr. Silvestre Lacerda, licenciado em História e arquivista profissional. Entretanto, mais do que isto: parece aceitar que se eliminem os documentos sem valor probatório ou histórico para assim se pouparem milhões de euros só em instalações... Estranha-se, porém, a pouca atenção dada ao plano dos arquivistas da Torre do Tombo, chefiados pelo referido Diretor, plasmado em instrumentos tão bizarros como a ASIA, a CLAVE ou, mais simplesmente, a MEF, ou seja, planos de classificação / / normalização / avaliação da documentação da Administração Central, Desconcentrada e Local do Estado Português com vista à sua eliminação. Neste material, que anda a ser “fabricado” há mais de dez anos e nos diplomas legais que estão a ser feitos e a ser publicados (concretamente portarias), por detrás de uma nuvem espessa de conceitos obscuros e vazios, lá aparece o velhinho Schellenberg e a eliminação de séries desde que sejam preservadas em amostragem!!! Menos grave, mas não menos esdrúxula, destaca-se a expressão “processos de negócios” como sinónimo de processo administrativo!... A

Autora do livro em apreço devia e deve prestar total atenção a esta estratégia eliminatória da DGLAB, que é de pôr os cabelos em pé aos historiadores...

Convém, por isso, procurar em *Arquive-se*, se Rita Carvalho manifesta preocupação com este perigo real, e a verdade é que o diagnóstico feito passou ao largo desta questão. Ela não aparece no sumário da obra, como a sua enumeração rápida confirma: *Introdução; O que é um arquivo?; Para que serve um inventário? Documentos em PDF e reconhecimento de texto; Liberdade de acesso ao património arquivístico; Buracos negros?; A tecnologia e os arquivos históricos; A digitalização; A reprodução de documentos (e de imagens em movimento); O problema da tutela ou da falta dela; Singularidades; A normalização; Arquivos privados; Desmaterialização de papel; Software de gestão documental; O futuro dos arquivos (das secretarias-gerais?); A rede nacional de arquivos; Arquivos empresariais; O caso paradigmático das universidades e dos politécnicos; Os arquivos e o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados; Conclusão; Documentos essenciais; Arquivos Municipais com site e inventário online; Agradecimentos.*

A questão da avaliação é central e precisa ser encarada de frente com uma simples pergunta: por que razão as Administrações deixaram e deixam acumular documentação de forma negligente e em condições inadequadas? É curioso notar que, a propósito do modelo de concentração arquivística nas Secretarias Gerais dos Ministérios do Governo Central, Silvestre Lacerda, citado pela Autora, declarou ser “imperativo que os organismos públicos assumam a responsabilidade da “totalidade do seu negócio”, pois os “arquivos não são farrapeiros, mas sim gestores de informação” (p. 81). Tem absoluta razão o Diretor-Geral da DGLAB, contudo com a criação dessa figura moderna do “Arquivo Histórico”, nascido com a Revolução Francesa para atender objetivamente às necessidades de fontes primárias para a escrita da História, introduziu-se uma rutura no ciclo de vida documental, uma rutura que levou a que se percebesse, já no séc. XX, que a documentação tinha três idades: a corrente, a intermédia e a definitiva ou histórica ou “arquivística”. Bizarra “teoria” que não passou de um remendo para um erro crasso e brutal: o que deixasse de ser atual, deixaria de interessar às Administrações e teria de ser recolhido por esse novo Lugar de Memória – o Arquivo Histórico – que, segundo a prática francesa, não apenas recolhia para custódia os documentos que outros produziram, como tinha todo o direito a reclassificá-los e ordená-los para melhor (?) uso dos investigadores!... Aos produtores, foi-lhes retirado, com o seu progressivo e utilitário consentimento, a guarda do fruto produzido e, com isto, deu-se a natural desresponsabilização dos administrativos em relação à informação que produzem e que deixa de ser necessária para o seu trabalho imediato. Se perdeu “valor primário”, diria Schellenberg, já pode ser ou descartada, ou desarrumada em salas inóspitas ou entregue a outrem... Para a Administração, os arquivistas são farrapeiros sim e estão ao serviço de um senhor estranho e hostil – o historiador (talvez um pouco menos temido que o jornalista de investigação)! Nos países de tradição não anglo-saxónica ou germânica, esta mentalidade desenvolveu-se e arreigou-se profundamente. Como alterá-la? Silvestre Lacerda diz bem: com gestão da informação. Praticada por quem? Pelo arquivista? Onde? Na Torre do Tombo ou nas Secretarias Gerais?

Sejamos claros: os Arquivos nacionais são um produto da Modernidade, como as Bibliotecas e os Museus nacionais de Arte (e os de Ciência, por exemplo). E não há dúvida que cumpriram uma função circunstancial determinada: a Ciência Histórica, ao renovar-se como disciplina positivista, teve de inventar algo que lhe permitisse armazenar a sua matéria-prima, ou seja, os documentos, e esse espaço tinha de ser seu e feito à custa da

“ordem natural das coisas”. Para se criar a Memória Nacional, atacaram-se as memórias específicas de cada instituição ou entidade pública ou privada. E o mecanismo empregue para isso chamou-se e chama-se – incorporação à *outrance*. Em tempos de valorização das estratégias e das visões ecológicas, percebe-se que cada produtor tem de se responsabilizar para sempre do que é seu, porque também é de todos! E se o produtor se extingue, se transforma ou não pode mais cuidar de sua memória, entrega-a ao Arquivo Nacional que a deve respeitar como ela vem de origem, sem ter de inventar terminologias, conceitos operatórios, classificações, modelos e avaliação rebuscados, completamente vazios de sentido e de eficácia... Nada mais simples e ecológico!...

Evocar a gestão da informação tem, como consequência inevitável, a assunção da teoria sistêmica da informação: esta não tem idades, apenas flui e se depura no seio do seu produtor. Ao ser conservada, depois de eliminada toda a que objetivamente não é pertinente, nem densa, a informação constitui-se memória do produtor para seu uso próprio e, certamente, para uso ávido dos investigadores, que devem aceder sem restrições (após prazos e condições razoáveis devidamente impostas). Isso significa, pura e simplesmente, que os arquivos não são “laboratórios da História”! Que a Física ou a Biologia, ciências experimentais, se desenvolvam em laboratórios onde produzem informação e inovação é fácil compreender. Todavia, a História não produz as suas fontes, tem de as ir buscar a algures e reequacioná-las de acordo com os problemas formulados no decurso da construção do seu objeto. Os documentos não foram produzidos nem pelos, nem para os historiadores. O contexto documental é específico e deve ser respeitado e reconstituído o melhor possível. Seguir o pensamento sistémico é encarar a possibilidade de renaturalizar os Arquivos ditos históricos e colocá-los como extensões de todo o tipo de entidade produtora, devolvendo e partilhando a organização, o tratamento e a recuperação da informação a quem e com quem a produz!

Estas considerações são aqui lançadas para o debate que importa fazer com os historiadores, os arquivistas, os gestores de informação e os informáticos que andam a produzir plataformas digitais para os clientes, como é sua função; no entanto, têm de perceber que não podem ficar alheios ao essencial da integridade informacional e fazer “programas de encomenda” equivocados... Em Portugal, desde 2001, operou-se uma alteração profunda de paradigma na formação dos profissionais da informação: pôs-se fim aos Cursos de Especialização em Ciências Documentais e criou-se um modelo novo, a partir da Universidade do Porto, da Licenciatura em Ciência da Informação, que não forma arquivistas, bibliotecários, documentalistas ou museólogos, separadamente, mas gestores da informação com todas essas valências específicas integradas. Este profissional destinou-se a trabalhar em Arquivos Nacionais e vai para lá com uma visão sistémica, que implica perceber o produtor, ajudar a corrigir e a preservar o resultado de suas práticas e, já em formato digital, proceder à avaliação e à preservação de memórias – muita atenção a este plural! Acreditamos que a viagem que daqui a uns anos, ou no máximo em uma década, possamos fazer aos “arquivos nacionais”, já se deparará com uma paisagem algo diferente: uma presença tecnológica mais forte e expandida e profissionais com visão sistémica, cientes de que não pode haver ruturas ou distorções na gestão do fluxo informacional.

*Arquive-se* é um diagnóstico imbuído das melhores intenções, mas que se conforma com um modelo em transição e em crise profunda. Está preso a um passado, por exemplo, no plano formativo, pois a Autora, na *Conclusão*, recomenda, como imprescindível, “que todos os organismos da administração pública reforcem os seus quadros com arquivistas

diplomados”. Em Portugal, hoje, formam-se Cientistas da Informação habilitados a exercerem função ampla e complexa de gestor de informação e já não arquivistas, bibliotecários ou documentalistas – modelo finito (mas há, ainda, resquícios ativos...). Um contributo que retrata o que se passa e que, nesse sentido, reflete um atraso e uma resistência à mudança de paradigma que muitos arquivistas, por formação recebida e por medo do que está para vir, alimentam com desesperada teimosia. Os historiadores são utilizadores preferenciais da documentação “envelhecida”, mas isso não os legitima a imporem um valor histórico aos documentos. Os que devem ficar como memória têm de valer como tal para quem os produz e, se valem para estes, servem, naturalmente, de fonte à investigação histórica, que depois do choque epistemológico provocado pela “História Nova” dos *Annales* foi obrigada a ampliar muito e a superar a miopia documental do positivismo.

Em síntese e para finalizar, *Arquive-se*, sendo crítico não hostiliza a DGLAB, nem a maioria dos arquivistas portugueses e pode ser recomendado por esse organismo como livro útil – uma espécie de guia de bolso! *Arquive-se* mostra como a transição que estamos a viver gera realidades diferentes e oponíveis; mostra ainda que, em Portugal, se avançou na formação do profissional da informação e se pratica, hoje, um modelo muito avançado em termos internacionais, porém as instituições tradicionais de custódia e de “memória nacional” estão de costas voltadas para os docentes, investigadores e formandos das graduações e pós-graduações em Ciência da Informação. Trata-se de um divórcio indesejado e grave, que, espera-se, só possa ser temporário; porém, é pernicioso e perverso enquanto dura...

Armando Malheiro da Silva | [malheiro@letras.up.pt](mailto:malheiro@letras.up.pt)

Universidade do Porto – Faculdade de Letras